

## **7 – EMPRESAS ESTATAIS**

Compõem o complexo administrativo distrital doze estatais, sendo sete empresas públicas e cinco sociedades de economia mista, criadas com as seguintes finalidades:

### ***EMPRESAS PÚBLICAS***

- Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central – Codeplan: executar serviços de processamento de dados e apoiar o GDF e entidades públicas ou privadas na promoção do desenvolvimento do Distrito Federal e da região geoeconômica;
- Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – Metrô/DF: planejar, construir, operar e manter o sistema de transporte público coletivo sobre trilhos no Distrito Federal, além de explorar comercialmente marcas, patentes, tecnologia e serviços técnicos especializados, vinculados ou decorrentes da sua atividade produtiva;
- Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap: realizar atividades imobiliárias de interesse do Distrito Federal;
- Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap: executar obras de infra-estrutura urbana, projetos de construção civil e de urbanização, conservação e reparo de edifícios próprios do GDF ou de outras obras públicas e promover a arborização de logradouros públicos;
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – Emater/DF: colaborar com o GDF na formulação e execução de programas de assistência técnica e extensão rural, objetivando a melhoria das condições de vida do meio rural;
- Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. – SAB, EM LIQUIDAÇÃO: comercializar gêneros alimentícios e outros produtos, como forma de participar da política de abastecimento local;
- Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB: realizar serviços de transporte urbano no Distrito Federal;

### ***SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA***

- Banco de Brasília S.A. – BRB:

realizar operações bancárias, inclusive câmbio, de que resultem incentivo econômico e/ou social às áreas de sua influência;

- Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. – Ceasa:  
promover o incremento da produtividade no setor de distribuição de produtos hortigranjeiros, devendo empregar novas tecnologias nos processos de reunião, manipulação, comercialização e comunicação, objetivando beneficiar produtores, distribuidores e consumidores;
- Companhia de Saneamento do Distrito Federal – Caesb:  
desenvolver atividades nos diferentes campos de saneamento, em quaisquer de seus processos, com vistas à exploração econômica, planejando, projetando, executando, ampliando, remodelando, administrando, operando e mantendo os sistemas de captação e abastecimento d'água, coleta, tratamento, industrialização, comercialização e disposição final dos esgotos sanitários, incluindo-se a captação de águas pluviais, bem como dos resíduos decorrentes de coleta;
- Companhia Energética de Brasília – CEB:  
construir e operar sistemas de produção, transmissão, distribuição e comercialização, bem como prestar serviços de telecomunicação e de transmissão de dados;
- Proflora S.A. – Florestamento e Reflorestamento – EM LIQUIDAÇÃO:  
realizar projetos e empreendimentos florestais e agrícolas.

Atualmente, duas entidades encontram-se em processo de liquidação: a Proflora, desde 1989, e a SAB, que teve sua privatização determinada pelo Decreto nº 21.170/2000. Esses casos serão comentados adiante.

A Ceasa e a TCB, com privatizações determinadas pelo mesmo Decreto, não sofreram alteração em suas situações jurídicas.

## **7.1 – GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA**

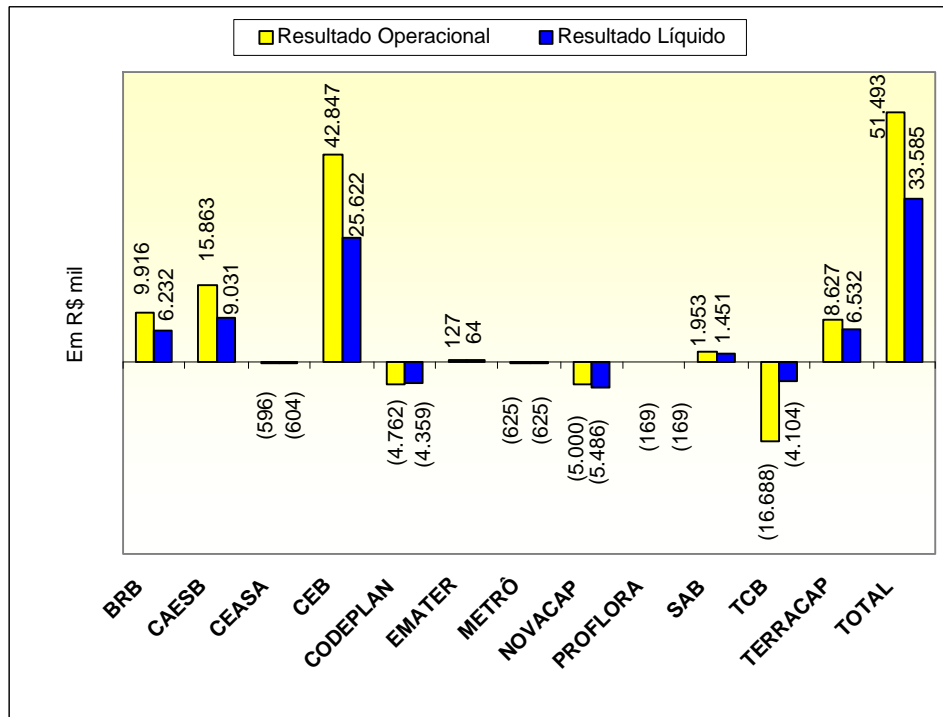
À semelhança do tratamento dispensado às Contas das empresas nos exercícios anteriores, a análise da gestão patrimonial e financeira considera as informações constantes dos Balanços Patrimoniais e Demonstrações de Resultados relativos aos quatro últimos exercícios, apresentados em quadros ao final do tópico (Quadros nºs 30 a 41).

As demonstrações financeiras são apresentadas com os valores corrigidos pelo IGP-DI (Balanços Patrimoniais) ou pelo IPG-DI Médio (Demonstrações de Resultados), porque, embora a Correção Monetária tenha sido

extinta pela Lei nº 9.249/1995, a inflação prejudica a comparação das séries apresentadas.

O gráfico adiante retrata os Resultados Operacional e Líquido apurados no conjunto das empresas no exercício de 2000.

**RESULTADOS OPERACIONAL E LÍQUIDO DAS EMPRESAS  
- 2000 -**



Fonte: Balanço Consolidado do Distrito Federal – 2000.

Os ganhos líquidos na gestão das empresas atingiram R\$ 33,6 milhões, com destaque para o lucro auferido pela CEB, no valor de R\$ 25,6 milhões. A Companhia do Metropolitano, ainda em fase pré-operacional, bem assim a Proflora e a Sab, ambas em processo de liquidação, tiveram seus resultados incluídos no total.

A seguir, são comentados alguns fatos considerados relevantes acerca da gestão patrimonial e financeira no âmbito de cada unidade. Cumpre destacar que as análises procedidas tiveram como embasamento, além do contido no Balanço Consolidado do Distrito Federal, a documentação encaminhada pelas respectivas empresas.

**BANCO DE BRASÍLIA - BRB**

Em termos reais, o patrimônio do Banco apresentou decréscimo de 37,21% ao final do período 1997/2000, conforme mostra o Quadro 38. O Índice de Liquidez Geral praticamente não oscilou e manteve-se acima de um, o que significa situação satisfatória. Os Índices de Endividamento apresentaram-se elevados, mas

essa é uma característica do setor, que opera com volume expressivo de recursos de terceiros.

Em relação às Demonstrações de Resultado, Quadro 39, também houve diminuição das receitas e despesas naquele período. Foi apresentado, em 2000, lucro de R\$ 6,2 milhões.

Por se tratar de instituição financeira, o registro das operações e a elaboração das demonstrações financeiras observam, além da legislação societária, as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. O Parecer dos Auditores Independentes registra, inclusive, que algumas práticas contábeis não se deram de acordo com esses parâmetros, a saber:

- classificação indevida dos registros relativos às operações de arrendamento mercantil, embora não afetem o resultado do exercício (Nota Explicativa 3, "f");
- diferimento de gastos com o processo de reestruturação e modernização (Programa de Desligamento Voluntário – PDV), que são amortizados à taxa de 20% ao ano (Circulares/Bacen nºs 2.582/1995 e 2.707/1996);
- reconhecimento dos efeitos da nova metodologia de cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, em relação às operações de crédito contratadas até 31.12.1999 (Circular/Bacen nº 2.974/2000), em vez de contabilização em conta de resultado, conforme definiu o Instituto Brasileiro de Contadores – Ibracon.

O diferimento dos gastos com reestruturação e modernização atingiu, em 2000, R\$ 4,8 milhões. A amortização desses gastos, que considera valores acumulados de outros exercícios, somou R\$ 10,6 milhões.

A alteração da sistemática de cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, procedida pelas Resoluções/Bacen nºs 2.682/1999 e 2.697/2000, resultou diferença de R\$ 48,5 milhões em relação à provisão calculada anteriormente. Esse valor foi lançado diretamente em Lucros ou Prejuízos Acumulados, sem transitar pelo resultado. Caso a apropriação tivesse ocorrido em contas de resultado, o Banco teria apresentado prejuízo aproximado de R\$ 42,3 milhões ao final de 2000.

Considerando que o saldo de Lucros ou Prejuízos Acumulados não foi suficiente para suportar a parcela de R\$ 48,5 milhões decorrente desses ajustes, o saldo remanescente, no valor de R\$ 40,8 milhões, foi absorvido pelas Reservas de Lucros (Estatutárias) — fundo para aumento de capital, conforme Nota Explicativa – NE 10, "c".

O problema quanto ao dimensionamento das provisões para fazer frente às perdas em operações de créditos, cujos critérios são estabelecidos pelo Bacen, já foi objeto de considerações quando da análise de Contas de exercícios passados por este Tribunal. O objetivo das provisões é resguardar a empresa das prováveis perdas em operações de crédito. Para isso, determinada parcela dos créditos, ou o total de determinadas operações, quando em elevado atraso, devem ser lançadas como despesa do exercício. Caso isso não seja feito de forma regular, a empresa pode vir a acumular, em seus ativos, créditos “podres”, que, cedo ou tarde, haverão de ser reconhecidos como prejuízo.

Em relação à diferença de R\$ 48,5 milhões apurada na conta de provisões em 2000, por não se ter o perfeito conhecimento da estruturação das operações de crédito do Banco, em termos de pagamentos em atraso, não se pode avaliar se resultou de erros nos provisionamentos realizados nos exercícios anteriores ou se realmente é apenas fruto das mudanças empreendidas pelo Bacen, conforme noticiado no Relatório da Administração. Cabe ressaltar que o Bacen aplicou multa ao BRB, em 2000, porque a instituição não providenciara substituição de informações relativas exatamente às operações de crédito em atraso, conforme consta do Balancete do Banco referente ao 4º trimestre/2000, apresentado a este Tribunal.

De qualquer forma, o não-provisionamento em níveis considerados satisfatórios, para fazer frente às prováveis perdas, distorce o resultado ao final do exercício. Essa é uma das razões porque o Bacen procura dar destaque a esse acompanhamento. Nesse sentido, inclusive, a Resolução/Bacen nº 2.682/1999, que empreendeu mudanças no sistema de cálculo da provisão, dispõe que:

*"O auditor independente deve elaborar relatório circunstanciado de revisão dos critérios adotados pela instituição quanto à classificação nos níveis de risco e de avaliação do provisionamento registrado nas demonstrações financeiras".*

O teor do relatório dos auditores independentes não foi informado pelo Banco, mas poderá ser obtido quando da análise da respectiva Prestação de Contas do BRB relativa ao exercício de 2000.

O Banco possui investimentos relevantes nas seguintes empresas:

- BRB-Crédito, Financiamento e Investimento S.A. – BRB/CFI (participação de 100% do capital social);
- BRB-Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BRB/DTVM (participação de 99%);
- Cartão BRB S.A. (participação de 45%).

Os Patrimônios Líquidos dessas instituições, em 31.12.2000, registravam os valores respectivos de R\$ 36 milhões, R\$ 27 milhões e R\$ 11,2 milhões, e, no período, foram apurados lucros de R\$ 11 milhões, R\$ 2 milhões e R\$ 5,1 milhões, nessa ordem.

Consta da Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis – NE 14 que o Banco é garante de R\$ 32,2 milhões relacionados a operações de crédito de órgãos oficiais, coobrigações em cessões de crédito, consórcio e operações de importação. Como contragarantia, possui hipotecas, vinculação de receitas orçamentárias, avais e alienação fiduciária.

No tocante à atuação do controle externo, tramita, neste Tribunal, o Processo – TCDF nº 691/2000, que trata de contrato celebrado com dispensa de licitação. Pela Decisão nº 2.848/2001, foi determinada à Secretaria de Fazenda e Planejamento do DF instauração de tomada de contas especial no BRB com vistas à apuração do montante de recursos despendidos indevidamente, por apresentar irregularidades na contratação efetuada.

Pela Decisão nº 3.051/2001, tomada no Processo – TCDF nº 712/2000, em que é analisada a contratação mediante dispensa de licitação, o Tribunal decidiu pela irregularidade da contratação, aplicando multa aos responsáveis.

### ***CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CEASA***

Pelo art. 12, inciso I, do Decreto nº 21.170/2000, foi ordenada a privatização da Ceasa mediante licitação. Porém, até o encerramento do exercício a que se referem as presentes Contas, não foi dado início ao respectivo processo.

As informações patrimoniais e de resultados da Ceasa encontram-se nos Quadros 38 e 39. O valor do patrimônio, ao final de 2000, foi 26,75% menor que o apresentado em 1997.

Em razão dos sucessivos prejuízos (R\$ 604 mil em 2000), a Companhia fechou o período com Patrimônio Líquido negativo. Os Índices de Liquidez e de Endividamento demonstram-se desfavoráveis.

As Receitas Operacionais têm origem nos contratos de arrendamento, concessão e permissão de uso firmados com usuários permanentes, além de outras tarifas cobradas pelo uso temporário de áreas. Assim, quanto maior o espaço físico destinado à ocupação por terceiros, maior a arrecadação.

A Ceasa decidiu privatizar o parque frigorífico, área de menor margem de contribuição no conjunto das receitas, e alienar área de 61.800 m<sup>2</sup>, como alternativa para fazer face aos investimentos requeridos. Os ingressos resultantes dessas operações estavam estimados em R\$ 9 milhões e R\$ 10 milhões, respectivamente. Tais medidas não haviam sido implementadas até o final de 2000.

O Exigível a Longo Prazo refere-se às garantias de investimentos com o Makro Atacadista S.A. e com a Tartuce Construtora Incorporadora S.A., corrigido pelo IGP-DI. A compensação dar-se-á com receitas de aluguel, após o período de carência disposto no contrato.

Ao final do exercício, as demandas judiciais trabalhistas somavam R\$ 576 mil, e foram pagos R\$ 359 mil, conforme Notas Explicativas às

demonstrações financeiras. No entanto, no Relatório de Atividades, a Gerência Financeira informa o pagamento de R\$ 405 mil a título de acordos trabalhistas judiciais.

**COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CAESB**

A composição patrimonial da Companhia é apresentada no Quadro 30. Observa-se que, em termos reais, o total patrimonial vem apresentando decréscimo.

Embora a empresa apresente situação de liquidez corrente satisfatória, os indicadores de liquidez geral deixam a desejar. Todavia, isso não causa preocupação, pois o passivo de longo prazo é constituído por financiamentos com perfil alongado (vencimento final em 2022), cujas parcelas anuais ficam em torno de R\$ 20 milhões, incluídos amortizações e encargos, segundo cronograma de pagamento apresentado.

O saldo dos Empréstimos e Financiamentos, que, em 1999, era de R\$ 172,2 milhões, manteve-se no mesmo patamar. O valor da correção monetária atingiu R\$ 3,6 milhões, e foram amortizados R\$ 4,6 milhões em 2000. Os pagamentos de juros e encargos ficaram em R\$ 12,8 milhões.

No último exercício, a inadimplência atingiu 26,36% da Receita Operacional, 19,08% relativa ao setor público. O nível desses atrasos elevou-se mais acentuadamente a partir de 1999, com destaque para a esfera pública. Por seu turno, a inadimplência no setor residencial apresentou redução no último exercício. É o que consta da tabela a seguir apresentada.

R\$ 1.000,00

DEMONSTRATIVO DE EFICIÊNCIA DA ARRECADAÇÃO - CAESB							
EXERCÍCIO	RECEITA OPERACIONAL	CONTAS A RECEBER	INADIMPLÊNCIA				
			RESIDENC.	COMERC.	INDUSTR.	PÚBLICO	GERAL
1996	229.821	29.641	4,77%	2,12%	0,25%	5,76%	12,90%
1997	246.257	34.831	5,07%	2,41%	0,26%	6,39%	14,14%
1998	253.219	40.524	6,14%	2,33%	0,22%	7,31%	16,00%
1999	262.591	60.412	6,23%	2,01%	0,46%	14,30%	23,01%
2000	283.009	74.601	3,98%	2,28%	1,02%	19,08%	26,36%

Fonte: Caesb.

A Companhia reconheceu, como despesas no exercício de 2000, o montante de R\$ 2,2 milhões a título de perdas no recebimento de créditos e recuperou R\$ 1,7 milhão (conforme NE 4).

A melhora dos resultados em 2000 foi fruto da redução das Despesas Operacionais, conforme mostrado no Quadro 31. Ao final do exercício, foi apurado Lucro Líquido de R\$ 9 milhões.

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos mostra aumento no Capital Circulante Líquido de R\$ 14,8 milhões. As Subvenções para Investimentos somaram R\$ 3,9 milhões, oriundas de acionistas.

O Parecer dos Auditores Independentes registra que foi detectada diferença de R\$ 4 milhões entre o controle exercido pelo Sistema Comercial sobre Contas a Receber de Usuários e os registros contábeis. Também é informado que a administração da Companhia constituiu grupo de trabalho para revisão dos programas mantidos pelo Sistema Comercial e dos procedimentos contábeis, com vistas à conciliação e regularização da diferença apresentada.

O Relatório da Administração aponta, como realização mais importante em 2000, a conclusão da primeira etapa do Sistema Produtor do Pipiripau. Essa etapa, com capacidade de produção de 640 litros de água por segundo, beneficiou as populações de Sobradinho, Planaltina e condomínios próximos a essas localidades. As obras representaram investimentos de R\$ 17 milhões, executados com recursos próprios.

#### ***COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN***

A empresa recebeu do GDF R\$ 20,6 milhões (R\$ 21,1 milhões em 1999) a título de Subvenções Econômicas e apresentou prejuízo de R\$ 4,4 milhões ao final do exercício.

A política de renegociação do passivo trabalhista teve continuidade; foram firmados três acordos judiciais, com redução de mais de 50% dos valores originais de execução. O passivo negociado alcança R\$ 2,1 milhões, pago em parcelas mensais de aproximadamente R\$ 120 mil. O não negociado atinge cerca de R\$ 900 mil.

Em parceria com a Universidade de Brasília, Telebrasil e Embrapa, a Codeplan obteve financiamento do Ministério da Ciência e Tecnologia para implementar, no Distrito Federal, a rede conhecida como “Internet 2”, que tem capacidade de tráfego e velocidade de comunicação bem superiores às da internet convencional. O uso desse sistema, cujo equipamento é conectado à rede por meio de fibra ótica, é ainda restrito às instituições ou áreas governamentais consideradas prioritárias, em virtude dos grandes investimentos requeridos para sua disponibilização. Entre os serviços oferecidos, estão a vídeo-conferência e a transmissão de imagens em tempo real, cujo acesso será permitido a todo complexo administrativo distrital.

#### ***COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ/DF***

Pelo Decreto nº 21.895/2001, foi realizada a sucessão de que trata o art. 9º da Lei nº 513/1993, a qual determinava que o Metrô/DF sucederia, nos direitos e obrigações, a Novacap na gestão do Convênio nº 36/1991, firmado com diversas entidades para a construção do sistema metroviário.

Pelo Decreto, foram criadas as seguintes unidades na Companhia do Metropolitano do Distrito Federal: Departamento de Obras; Divisão de Projetos; Divisão de Montagem de Sistemas; e Divisão de Obras Civas. Essa reestruturação



teve por fim absorver as atividades antes exercidas pela Coordenadoria Especial do Metrô, que fazia parte da estrutura da Novacap.

A Comissão encarregada de efetuar o tombamento dos bens e das obras já concluídas, para incorporação ao patrimônio da Companhia, encerrou a primeira fase dos levantamentos. Estão em andamento as etapas de valoração dos bens e de análise dos aspectos jurídicos e contábeis para a efetiva incorporação.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional desde 22.2.1994, e suas despesas são custeadas com recursos do Tesouro distrital. Os valores repassados para atender os custos de manutenção somaram R\$ 21,9 milhões no último exercício.

Com relação a esses gastos, permanece a situação apontada nos exercícios anteriores, concernente à não-ativação dos dispêndios para posterior amortização. Como consequência, tem-se a perda da informação do capital investido no empreendimento, a subavaliação do patrimônio da Companhia, além de as aplicações não poderem vir a ser compensadas quando da geração de receitas operacionais.

O acompanhamento da implantação do Sistema de Transportes Ferroviário Metropolitano no Distrito Federal foi realizado por este Tribunal no Processo – TCDF nº 945/1999, do qual foram obtidas as informações a seguir lançadas.

As principais variações quanto às estações, em relação ao exercício de 1999, referem-se à conclusão das obras nas estações Central e nas de Águas Claras, a despeito de prever-se operação plena, nestas últimas, somente quando houver demanda naquela localidade. Não houve evolução nas estações do trecho Taguatinga–Ceilândia, que continuam com as armaduras das estruturas de concreto expostas a intempéries.

Nas vias permanentes, destaca-se o avanço na superestrutura do túnel da Asa Sul, principalmente em relação à implantação dos aparelhos de mudança de via, à execução do rabicho norte (para manobra após a Estação Central) e à implantação do sistema de amortecimento. A quilometragem que resta construir (1,98 Km em túneis, 1,14 Km em trincheiras e 6,85 Km em superfície) manteve-se constante entre 1999 e 2000, pois se refere ao trecho de Ceilândia, paralisado.

O Sistema de Bilhetagem Automática constitui um dos itens que mais evoluiu desde 1999, pois diversos equipamentos foram instalados nas estações.

Das vinte composições metroviárias do sistema, dezenove já foram entregues, e a última está pronta na montadora.

As tabelas seguintes resumem os valores medidos nas diversas frentes de serviços, bem como os totais aplicado e requerido para finalização da implantação do sistema metroviário. As aplicações, para propiciar melhor análise,

estão convertidas a valores de mesma data. Na primeira, equivalem ao dólar da época (julho/1994).

R\$ 1.000,00 x julho/1994

OBRAS REALIZADAS (VALORES MEDIDOS), POR FRENTE DE SERVIÇO							
RESUMO DAS FRENTES	REALIZADO EM 1998	REALIZADO EM 1999	REALIZADO EM 2000	REALIZADO ATÉ 2000 (A)	TOTAL GERAL (B)	SALDO PARA CONCLUSÃO (B-A)	% PARA CONCLUSÃO
Obras Civas	107.405	24.565	34.805	721.673	868.033	146.360	16,86
Projetos Civas	1.690	274	1.015	34.075	34.239	165	0,48
Sistemas Fixos	9.155	8.408	5.275	160.940	169.858	8.918	5,25
Sistemas Móveis	5.818	8.950	6.663	168.097	165.730	(2.368)	(1,43)
Sistema de Bilhetagem	598	906	4.842	7.797	12.022	4.225	35,14
Operação, Manutenção e Conservação	9.721	11.942	5.722	27.385	27.385	0	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>134.387</b>	<b>55.045</b>	<b>58.322</b>	<b>1.119.967</b>	<b>1.277.267</b>	<b>157.300</b>	<b>12,32</b>

Fonte: Processo – TCDF nº 945/1999.

R\$ 1.000,00 x julho/1998

OBRAS REALIZADAS (VALORES MEDIDOS), POR FRENTE DE SERVIÇO		
RESUMO DAS FRENTES	REALIZADO ATÉ 2000	TOTAL GERAL
Projetos Civas dos Terminais de Integração	370	370
Terminal de Integração Asa Sul	4.648	4.648
<b>TOTAL</b>	<b>5.018</b>	<b>5.018</b>

Fonte: Processo – TCDF nº 945/1999.

Observa-se que o total investido até 2000, primeira tabela, atinge R\$ 1,1 bilhão, a valores de julho/1994 (paridade com o dólar). Para conclusão da obra, estima-se R\$ 157,3 milhões, também a valores de 1994. As aplicações constantes da segunda tabela não estão inclusas na primeira e somam R\$ 5 milhões, a valores de julho/1998. Dizem respeito aos contratos relativos aos Projetos Civas dos Terminais de Integração metrô-ônibus e ao Terminal Asa Sul, realizados em sua totalidade.

A comparação das medições em cada frente, no período 1998 a 2000, mostra redução das aplicações em Obras Civas e crescimento no Sistema de Bilhetagem. Os custos de Operação, Manutenção e Conservação, influenciados pela “operação branca” (transporte gratuito para testes), realizada até julho de 1999, apresentaram diminuição, pois a circulação dos trens passou à mínima necessária para preservação do sistema. Observa-se ainda que, em 2000, o total de gastos, R\$ 58,3 milhões (equivalência julho/1994), assemelhou-se àquele de 1999, ambos inferiores às aplicações realizadas em 1998, R\$ 134,4 milhões.

O Sistema de Bilhetagem recebeu suplementação, em 2000, no valor de R\$ 4,7 milhões, o que aumentou o saldo para conclusão. O saldo negativo para conclusão apresentado em Sistemas Móveis deve-se à assinatura do Termo Aditivo "U", cujo valor não foi acrescido ao total em razão de estar suspenso por decisão desta Corte.

No exercício de 2000, inexistiu contratação nova de obra referente à implantação do sistema, dada a escassez de recursos financeiros, que resultou, inclusive, no cancelamento da Concorrência nº 001/2000-CEM/DF, relativa à construção de quatro terminais de integração em Samambaia, Taguatinga e Guará.

Importante destacar que, pela Lei nº 2.713, de 31.5.2001, ficou autorizada a delegação, mediante licitação, dos serviços dos sistemas metroviário e rodoviário nas áreas de influência do Metrô/DF. A concessão seria pelo prazo de 25 anos, com incorporação ao patrimônio da Companhia dos bens necessários à operação dos sistemas de transporte de passageiros.

### **COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB**

Segundo o Relatório da Administração, a Companhia recebeu o prêmio de melhor empresa distribuidora de energia elétrica da região Centro-Oeste, no quesito "Satisfação do Consumidor", de acordo com pesquisa realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel. Foi apontada, ainda, como a segunda melhor no grupo das empresas de porte médio do Brasil.

Em relação aos registros contábeis, além do estabelecido na legislação societária (Lei nº 6.404/1976), a CEB está sujeita às orientações expedidas pela Aneel, especialmente no que concerne às operações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE.

Em termos reais, o patrimônio total da Companhia não tem apresentado grandes variações, segundo mostrado no Quadro 40. Com relação ao comportamento dos grupos patrimoniais, ressalta-se o crescimento do Realizável a Longo Prazo (37,53%) e do Passivo Circulante (56,32%), bem como a diminuição do Exigível a Longo Prazo (28,19%). Ainda em termos reais, vê-se que o Patrimônio Líquido apresentou decréscimo no período.

Em 2000, a inadimplência atingiu R\$ 80,8 milhões, 49,15% relativos a unidades do setor público. Do total da inadimplência, 29,14% referem-se a atrasos superiores a 360 dias, o que significa pouca expectativa de recebimento desses valores num futuro próximo.

Inclusive, o aumento no Passivo Circulante pode ser considerado reflexo dessa inadimplência, o que obrigaria a Companhia a buscar capitais de terceiros para financiar suas operações. Essa situação encontra-se devidamente retratada na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, que indica diminuição de R\$ 22,1 milhões no Capital Circulante Líquido.

O saldo dos Empréstimos e Financiamentos cresceu 25,84% em relação a 1999 e totaliza R\$ 29 milhões, cujo vencimento final se dará até o ano de 2022. A Eletrobrás e o Banco ABN são credores de 94,44% desses valores, com 42,62% e 51,82%, respectivamente. Ressalte-se que, do total dessa dívida, 75,17% (R\$ 21,8 milhões) estão classificados no Passivo Circulante.

No Passivo Exigível a Longo Prazo, que totaliza R\$ 82,7 milhões, estão classificadas as Obrigações Especiais, que montam R\$ 46,7 milhões. Esse valor, no entanto, não constitui obrigação financeira efetiva, segundo a Nota Explicativa 11.

No exercício em exame, foi registrado lucro de R\$ 25,6 milhões, conforme mostra o Quadro 41, que contém as Demonstrações de Resultados no período 1997/2000. Contribuíram para o aumento da Receita Operacional o incremento no consumo (4,47%), o aumento do número de clientes (5,02%), além dos reajustes tarifários ocorridos em agosto de 1999 e em maio e agosto de 2000, o último da ordem de 17,2%.

Por seu turno, as despesas operacionais, incluídos os gastos com compra de 97,41% da energia requerida pelo sistema, apresentaram aumentos superiores aos índices de correção das tarifas.

Os contratos da CEB com os Sistemas de Furnas e de Itaipú garantem suprimento até o ano de 2002, quando a energia fornecida por meio desses contratos diminuirá 25% ao ano, exaurindo-se em 2006. Como o panorama nacional apresenta risco de déficit na geração de energia, a CEB vem buscando parcerias para viabilizar participação nesse segmento.

O Relatório da Administração informa investimentos de R\$ 82,8 milhões em 2000: 40,22% em geração nos três projetos em que participa (Usinas de Lajeado, Queimado e Corumbá IV) e 43,12% no sistema de distribuição.

Houve retenção de R\$ 19,2 milhões (75% do Lucro Líquido de 2000) para investimento em geração e distribuição de energia, bem como nas instalações da Companhia.

Para dar suporte aos investimentos previstos para os próximos três exercícios, no valor de R\$ 249 milhões, foi aprovada a emissão de 13 mil debêntures simples, no valor de R\$ 10 mil, e prazo de vencimento de cinco anos.

Em relação aos projetos empreendidos pela Companhia, o destaque fica para a Usina de Lajeado, no Rio Tocantins, classificada como a maior obra civil em curso no país. A CEB possui 20% do empreendimento, com potência estimada de 850 MW e previsão para acionamento da primeira turbina em dezembro de 2001.

O Aproveitamento Hidrelétrico Corumbá IV, no Rio Corumbá, estado de Goiás, tinha o início das obras previstas para março/2001. Deverá ser formado lago com 170 km<sup>2</sup>, possibilitando a criação de pólo turístico com geração de empregos na região do entorno do DF. Além disso, haverá disponibilização de 10 m<sup>3</sup> de água por segundo para abastecimento público.

Sob o argumento de que o setor elétrico brasileiro aponta para a desverticalização das empresas segundo os segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, a CEB vem buscando mecanismos para expandir seus serviços, criando as seguintes empresas vinculadas:

- CEB Participações S.A. (subsidiária integral, ou seja, 100% do capital pertencente à CEB): criação autorizada pela Lei nº 1.788/1997, e constituição em 26.1.2000; tem como objeto social comprar e vender participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, mediante comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira;
- CEB Lajeado S.A. (subsidiária integral): criada em 22.2.2000, com base na autorização da Lei nº 2.515/1999; objetiva viabilizar a construção da Usina Hidrelétrica Lajeado, empreendida por meio da Investco S.A., da qual a CEB Lajeado S.A. participa com 20% do capital votante e 7,64% do total de ações;
- CEB Geração S.A. (subsidiária integral): constituída em 10.1.2001, com base na Lei nº 2.648/2000; tem por fim a geração e a comercialização de energia produzida pelas Usinas do Paranoá e Térmica, além de outros empreendimentos de que vier a participar; atualmente está sendo estudada a melhor forma de efetivar-se a transferência das atividades de geração da CEB para a CEB Geração S.A.;
- Companhia Brasiliense de Gás – Cebgás: criada em março de 2001, sob autorização da Lei nº 2.518/2000, a empresa foi instituída em parceria com a Petrobrás Gás S.A. – Gaspetro e com a Brasília Gás S.A.

A Lei distrital nº 2.710/2001 autoriza o Governador do Distrito Federal a implementar a reestruturação societária da CEB. Dispõe que a Companhia, ou sociedade resultante desse processo, deve promover estudos, criar sociedades coligadas, controladas ou subsidiárias integrais e, ainda, participar do capital social de sociedades, na condição de sócio ou acionista majoritário ou minoritário.

A implementação dessas ações, inclusive quanto à observância dos incisos XVIII e XIX do art. 19 da LODF, será objeto de acompanhamento por esta Corte.

### ***COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP***

A Terracap possui estrutura patrimonial peculiar, na qual os valores a receber dos prestamistas são classificados, em grande parte, no Ativo Circulante, e frente à pouca representatividade do Exigível, em particular daquele de Longo Prazo, faz com que os Índices de Liquidez Geral e de Endividamento indiquem baixo risco (Quadro 36).

Deixou-se de apresentar provisão para perdas jurídicas, conforme NE 4, por inexistir condições para apurar a probabilidade de perda das ações em

curso. O Conselho de Administração, em Decisão de 5.4.2001, determinou à Diretoria Colegiada a adoção das providências quanto às contingências judiciais.

A inadimplência, que, em 1999, foi de 57%, reduziu-se para 24,71% ao final de 2000, após implementação de ações por parte da Companhia para redução do índice.

Após apresentar prejuízo de R\$ 6,9 milhões em 1999 (valor atualizado), a empresa fechou o último exercício com lucro de R\$ 6,5 milhões, influenciado pela redução nas Despesas Operacionais.

Esse decréscimo ocorreu, sobretudo, nas Despesas com Infra-estrutura, onde são registrados os repasses para o Fundo de Liquidez do Metrô, e em Outras Despesas Operacionais, que registram as doações de terrenos ao GDF e à União.

Foi proposta a distribuição de dividendos no valor de R\$ 1,5 milhão, proporcionalmente à participação no capital social.

O procedimento contábil adotado para reconhecimento das receitas segue o regime de caixa, conforme o disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal – SRF nº 84/1979, no Decreto-Lei nº 1.598/1977 e nos incisos I e II do art. 413 do Decreto nº 3.000/1999.

Para isso, as vendas a prazo e os custos dos imóveis são registrados em contas específicas de Resultados de Exercícios Futuros. Posteriormente, são transferidas para o Resultado do Exercício a parcela de receita efetivamente recebida e a correspondente parcela de custo.

Essa metodologia foi criticada no Parecer dos Auditores Independentes, por ferir os Princípios de Contabilidade. Todavia, não foram quantificados os prováveis efeitos da adoção desse procedimento no Resultado do Exercício e no Patrimônio Líquido, segundo ressaltado no próprio Parecer.

A tabela a seguir mostra os imóveis licitados nos exercícios de 1998 a 2000.

R\$ 1.000,00

IMÓVEIS COMERCIALIZADOS - 1998/2000							
EXERCÍCIOS	LICITAÇÕES REALIZADAS	IMÓVEIS OFERTADOS	IMÓVEIS VENDIDOS	% DE VENDAS	VALOR		VARIÇÃO S/ PREVISTO (%)
					PREVISTO NO EDITAL	ALCANÇADO NA VENDA	
1998	14	1.369	537	39,23	33.155	43.412	30,94
1999	13	1.187	467	39,34	51.485	65.879	27,96
2000	12	1.293	337	26,06	87.283	112.074	28,40
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>	<b>3.849</b>	<b>1.341</b>	<b>34,84</b>	<b>171.923</b>	<b>221.365</b>	<b>28,76</b>

Fonte: Relatório de Atividades da Terracap.

Embora no último exercício tenham sido vendidos apenas 337 imóveis, o montante arrecadado, em valores nominais, foi 70,12% superior àquele obtido no exercício anterior, quando foram vendidos 467 imóveis.

A Terracap doou ao Distrito Federal as Projeções K, L, M, N, O, P, Q, R e S da SHC/SW 300 e K, L e M da SHC/SW 305, localizadas no Sudoeste, para financiar a construção da Terceira Ponte do Lago Sul. A doação representou, para a empresa, renúncia de receita de aproximadamente R\$ 35 milhões, conforme Relatório de Atividades da Companhia. A Lei distrital nº 2.590/2000 autorizou o Poder Executivo a promover a alienação das Projeções da SHC/SW 300, sem mencionar as da SHC/SW 305.

Os recursos repassados para programas prioritários do Governo somaram R\$ 8,8 milhões, dos quais, R\$ 2 milhões para o Fundo de Liquidez do Metrô. O restante foi repassado em função da construção da Terceira Ponte do Lago Sul e referia-se às entradas recebidas nas vendas daquelas projeções do Setor Sudoeste doadas ao GDF.

Pela Lei distrital nº 2.641/2000 (art. 3º), a Companhia Imobiliária de Brasília ficou obrigada a repassar ao Tesouro distrital até 40% do produto da alienação de imóveis que integrem o Ativo Circulante como estoque de terrenos a comercializar, com a finalidade de garantir a amortização das obrigações contratuais da dívida pública assumidas pelo Distrito Federal. Não se tem informações quanto à existência de repasses no exercício de 2000 por força dessa Lei.

#### ***COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP***

Pelo Decreto nº 21.895/2001, foi extinta a Coordenadoria Especial do Metrô, vinculada à Novacap, que dava suporte às atividades de construção do sistema metropolitano, e realizada a sucessão de que trata o art. 9º da Lei nº 513/1993, para a Companhia do Metropolitano do DF, do Convênio nº 36/1991, firmado com diversas entidades para a construção do Metrô.

Ao final do exercício, a empresa registrou prejuízo de R\$ 5,5 milhões, conforme Quadro 35. Do total da Receita Operacional, 90,19% constituíram-se de repasses do GDF (R\$ 103,8 milhões).

Permanece registrado no patrimônio da Companhia a parcela relativa a financiamento habitacional com a antiga SHIS, que, corrigida, soma R\$ 103 mil. Quando da análise de Contas de exercícios anteriores, foi determinado ao GDF proceder ao acerto entre Novacap e Idhab, tendo em vista que o valor também integrava os balanços desta entidade.

As aplicações realizadas na implantação do Metrô/DF, no valor de R\$ 779,6 milhões, continuam incorporadas ao Ativo e ao Passivo da empresa, o que representa 95,67% do total patrimonial. Com a extinção da Coordenadoria Especial do Metrô e a conseqüente assunção pela Companhia do Metropolitano, espera-se que a transferência patrimonial ocorra neste exercício.

Conforme NE 12, o Passivo não contempla registro das contingências trabalhistas e de outros litígios, que, até 13.3.2000, significavam R\$ 311,4 milhões (valor atualizado até aquela data).

Em 30.3.2000, por determinação judicial, foi realizado leilão para venda de 52 terrenos de propriedade da Novacap, quando foram arrecadados R\$ 7,6 milhões para pagamento de ações trabalhistas. No entanto, os terrenos continuam contabilizados no patrimônio da Companhia, conforme NE 13. As Notas Explicativas informam, ainda, a existência de imóvel não contabilizado e de penhoras sobre bens do Ativo Imobilizado.

#### ***EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER***

Do total da Receita Operacional da Emater, 82,28% constituem-se de Transferências do GDF, o que expressa alta dependência de recursos públicos.

O saldo de Prejuízos Acumulados, no valor de R\$ 2,4 milhões, está influenciado pela contabilização das provisões de despesas trabalhistas. Enquanto as receitas, representadas por transferências de recursos do GDF, são apropriadas quando do efetivo recebimento, as despesas atendem ao regime de competência.

O resultado auferido antes do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro foi positivo em R\$ 127 mil, o que resultou no provisionamento de R\$ 63 mil para pagamento desses encargos.

O valor não é expressivo, mas demonstra que o gerenciamento dos recursos financeiros ainda não conseguiu evitar a apresentação de lucro em razão dos recursos oriundos do Erário transferidos à Empresa para sua manutenção. Dessa forma, melhor seria que as atividades dessa companhia fossem desempenhadas por órgão constante da estrutura da Secretaria responsável pela respectiva área.

Em 2000, as ações da Empresa priorizaram o Pró-Rural – Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal e Região do Entorno, que visa potencializar a economia local com a criação de base econômica para redução das importações de alimentos e para geração de empregos, além de proporcionar aumento da renda dos produtores rurais.

#### ***PROFLORA S.A. - FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO - EM LIQUIDAÇÃO***

A Proflora, que, no exercício de 2000, ainda se encontrava em liquidação, apurou prejuízo de R\$ 169 mil.

Pela Lei nº 2.533/2000, foi autorizada a extinção, a ser realizada até 1º de junho de 2001. A Terracap assumiria a administração do patrimônio remanescente e receberia as ações de propriedade do Distrito Federal, por meio de doação. Tal fato não ocorreu até a data prevista.



Depois de tantos anos em liquidação (o processo iniciou-se em 1989), o GDF opta por outro caminho: o da incorporação. Por esse instituto, não precisaria a empresa passar pela etapa de liquidação, pois a entidade incorporadora assume, automaticamente, os direitos e obrigações da sociedade incorporada (conforme art. 227 da Lei nº 6.404/1976 – Lei das Sociedades Anônimas). Cabe ressaltar que, quando a incorporação envolver companhia aberta, necessariamente a sociedade incorporadora deverá ser do mesmo tipo.

### **SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA - SAB**

No exercício de 2000, a principal função da SAB foi dar suporte operacional ao Programa de Fortalecimento das Famílias de Baixa Renda – Pró-Família, executado pela Secretaria de Trabalho, Direitos Humanos e Solidariedade do DF. Para isso, foram adquiridos gêneros alimentícios para montagem das cestas distribuídas e pão e leite, conforme mostra a tabela a seguir.

DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS PELA SAB - 1999/2000		
ITENS FORNECIDOS	1999	2000
	QUANTIDADE (UNID.)	QUANTIDADE (UNID.)
Cestas de Alimentos	333.418	914.843
Pão	16.430.106	53.726.509
Leite	8.215.053	17.897.015

Fonte: Relatório de Atividades da SAB.

A atividade de intermediação na compra e distribuição de gêneros alimentícios, vinculada aos programas de governo, contribuiu sobremaneira para alavancar os resultados da SAB a partir de 1999, conforme mostra o Quadro 35. A Margem Operacional, que, em 1998, era 41,38% negativa, passou a positiva em 3,69%.

Do total da Receita Operacional apurada em 2000, R\$ 52,3 milhões originaram-se das vendas para atendimento aos programas do GDF. As vendas a varejo somaram R\$ 1,3 milhão, o que significa que a contribuição da empresa no abastecimento da população do Distrito Federal não é mais representativa.

Interessante observar que, mesmo tendo faturado R\$ 51,7 milhões em 2000 e R\$ 30,6 milhões em 1999, o valor do ICMS recolhido no exercício em exame foi menor.

Não foi constituída Provisão para Devedores Duvidosos ou Créditos de Liquidação Duvidosa, vez que as perdas foram consideradas como Despesas Operacionais, de acordo com o previsto na Lei nº 9.430/1996.

Pelo art. 12 do Decreto nº 21.170/2000, ocorreria a privatização da SAB, mediante licitação, no prazo de noventa dias, prorrogado pelo mesmo período pelo Decreto nº 21.425/2000.

Para dar cumprimento ao determinado naquele Decreto, os acionistas, em Assembléia Geral realizada no dia 10.10.2000, deliberaram pela sua liquidação, na forma prevista na Lei nº 6.404/1976, e determinaram que, durante o processo, todas as obrigações assumidas com terceiros seriam cumpridas. Paradoxalmente, os atendimentos realizados pelas Unidades Volantes, fim precípua da existência da empresa, foram suspensos em novembro de 2000, ao passo que as atividades de fornecimento de gêneros ao Pró-Família foram mantidas.

A atividade de intermediação na compra e no fornecimento de gêneros alimentícios para atendimento a programas do GDF tem sua regularidade discutida neste Tribunal nos Processos – TCDF nºs 1.690/1999 e 136/2000. Entre os aspectos levantados, estão o indício de pagamentos irregulares a fornecedores e o sobrefaturamento na aquisição de produtos. Além disso, a contratação da empresa, com dispensa de licitação, contraria o disposto no inciso VIII do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, alterada pela de nº 8.883/1994, conforme Decisão nº 3.129/2000 desta Corte.

A situação financeira, representada pelos Índices de Liquidez e de Endividamento, constantes do Quadro 34, é satisfatória. Com isso, o processo de extinção, caso finalizado a contento, poderá ser realizado sem que necessite de aporte de capital por parte do GDF.

#### ***SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA - TCB***

Pelo art. 12, inciso III, do Decreto nº 21.170/2000, foi ordenada a privatização da TCB mediante licitação. Porém, até o encerramento do exercício a que se referem as presentes Contas, não havia sido iniciado o respectivo processo.

Tendo em vista sua estrutura de custos, a empresa apresenta Margem Operacional insustentável (-96,33%), sem qualquer perspectiva de melhora nos resultados. No último exercício, somou R\$ 4,1 milhões à série de prejuízos, o que elevou o saldo negativo da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados a R\$ 49,6 milhões.

Conseqüência disso, apresenta ativos no total de R\$ 8,8 milhões, frente a um Passivo de R\$ 29,7 milhões, ou seja, situação de Passivo a Descoberto no valor de R\$ 20,9 milhões. A situação encontra-se refletida no Índice de Endividamento de 3,38 — deve R\$ 3,38 para cada R\$ 1 que possui.

Na formação do Capital de Giro não existe recurso próprio. As operações são financiadas com recursos de terceiros, com destaque para Obrigações Sociais a Pagar (38,63%) e Parcelamentos de Encargos (40%).

Não foi constituída Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.430/1996, que admite o registro das perdas diretamente nas Despesas Operacionais.

Parte do Ativo Imobilizado está penhorado por conta das causas trabalhistas em trâmite na justiça.

A TCB possui empregados cedidos a órgãos do GDF e da União e é ressarcida pelas despesas correspondentes, o que constitui fonte de recurso.

A redução da Receita Não-Operacional deveu-se, principalmente, à mudança na tabela dos Encargos Sociais cobrados na reposição das despesas com pessoal cedido, que passou de 168,07%, em 1999, para 63,39%, em 2000, segundo consta do Relatório da Administração.

Cabe ressaltar que a TCB sempre recebeu recursos a maior pela cessão de pessoal, principalmente em face do Convênio nº 02/1992, celebrado com o então Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do DF – DMTU. Essa diferença, que, em 1999, foi de aproximadamente R\$ 7 milhões, ajudava na melhora dos resultados. Em 2000, as sobras montaram R\$ 1,7 milhão aproximadamente.

As questões do Convênio estão sendo tratadas no Processo – TCDF nº 1.634/1996. A Decisão nº 4.992/1997 considerou o ajuste irregular, e a nº 5.310/2000 fixou multas individuais aos responsáveis.

A empresa possui 115 ônibus. A frota cadastrada no Sistema de Transporte Público Coletivo é de 75 veículos, o que representa 5,07% do total do Sistema, e transporta 7% da demanda total de passageiros. Em 1999, a frota cadastrada era de 145, o que significa redução de 48,28%.

As linhas nºs 105, 106, 107, 114 e 116, operadas pela TCB, vêm sendo também exploradas por empresa da iniciativa privada. Com isso, a arrecadação no exercício de 2001 tenderá a diminuir, pois se tratam de linhas rentáveis. Os Processos – TCDF nºs 719 e 1.793/2000, ainda sem decisão definitiva, tratam da concessão de linhas de ônibus prescindida do necessário processo licitatório.

A diminuição da frota operacional disponibilizou mais ônibus para a frota de aluguel, o que proporcionou acréscimo da respectiva receita. De R\$ 445 mil, em 1999, passou para R\$ 2,1 milhões em 2000, com os novos contratos de prestação de serviços a terceiros. No entanto, essa situação desvirtua o objeto social da empresa, que é o transporte público de passageiros.

Registre-se que não foi contratada auditoria independente para análise das demonstrações financeiras em razão da escassez de recursos.

## 7.2 – COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A tabela seguinte traz a composição acionária das empresas que integram o complexo administrativo distrital.

R\$ 1,00

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS DO COMPLEXO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL - 2000								
EMPRESAS	PARTICIPAÇÃO GDF			OUTROS ACIONISTAS/QUOTISTAS			TOTAL	
	QUOTAS/AÇÕES	VALOR	%	QUOTAS/AÇÕES	VALOR	%	QUOTAS/AÇÕES	VALOR
BRB	35.159.795.454	124.102.968	96,85	1.144.854.546	4.041.682	3,15	36.304.650.000	128.144.650
CAESB	4.600.768.887	460.076.889	91,51	426.848.485	42.684.848	8,49	5.027.617.372	502.761.737
CEASA	4.710.119	4.710.119	99,99	7	7	0,01	4.710.126	4.710.126
CEB	3.174.565.160	207.693.436	69,09	1.417.164.861	92.914.851	30,91	4.591.730.021	300.608.287
CODEPLAN	1.219.151.877	12.191.519	99,65	4.220.883	42.209	0,35	1.223.372.760	12.233.728
EMATER	1	667.761	100,00				1	667.761
METRÔ	9.875	666.015	81,16	2.000	154.645	18,84	11.875	820.660
NOVACAP	280.600	14.991.378	56,12	219.400	11.721.698	43,88	500.000	26.713.076
SAB	1.512.097.905	15.121.166	92,38	124.787.844	1.247.691	7,62	1.636.885.749	16.368.857
TCB	28.723.332	28.723.332	99,99	248	248	0,01	28.723.580	28.723.580
TERRACAP	255.000.000	34.620.898	51,00	245.000.000	33.263.216	49,00	500.000.000	67.884.114
PROFLORA	1.009.051	3.596	89,36	120.083	428	10,64	1.129.134	4.024
<b>TOTAL</b>		<b>903.569.078</b>	<b>82,92</b>	<b>-</b>	<b>186.071.523</b>	<b>17,08</b>	<b>-</b>	<b>1.089.640.601</b>

Fonte: Balanço Consolidado do Distrito Federal – 2000.

Com relação às empresas públicas, à exceção de Terracap e Novacap, nas quais a União participa com 49% e 43,88%, respectivamente, os "Outros Acionistas" informados na tabela são compostos por entidades do próprio complexo administrativo do DF.

Cabe destacar que as aplicações realizadas para implantação do Metrô/DF ainda não foram incorporadas ao patrimônio desta Empresa, restando subavaliado em mais de R\$ 1 bilhão.

## 7.3 – PESSOAL

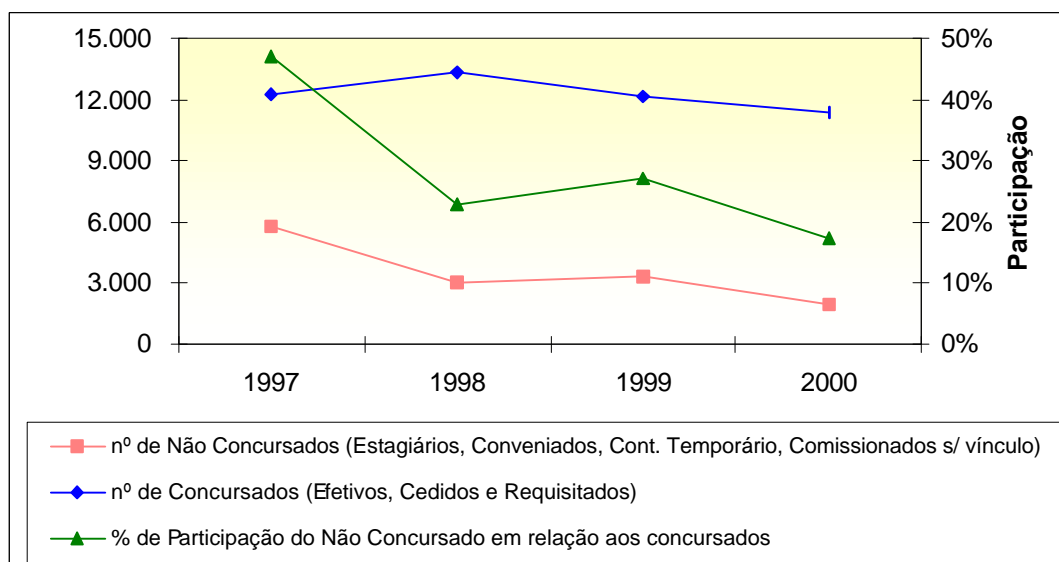
A tabela seguinte apresenta o quantitativo de pessoal das empresas e respectivos gastos no período de 1997 a 2000.

CONSOLIDAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO - EMPRESAS				
MODALIDADES	EXERCÍCIOS			
	1997	1998	1999	2000
EFETIVOS NAS ENTIDADES	11.406	11.797	10.805	9.790
Sem cargo comissionado	9.986	9.815	8.665	7.660
Com cargo comissionado	1.420	1.982	2.140	2.130
REQUISITADOS	82	169	199	101
Sem cargo comissionado	35	121	142	58
Com cargo comissionado	47	48	57	43
COMISSIONADOS SEM VÍNCULO EFETIVO	154	173	283	352
CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE	7	0	3	3
CONVENIADOS	4.712	1.757	1.838	342
ESTAGIÁRIOS	915	1.127	1.188	1.283
<b>SUBTOTAL (FORÇA DE TRABALHO)</b>	<b>17.276</b>	<b>15.023</b>	<b>14.316</b>	<b>11.871</b>
CEDIDOS	801	1.343	1.151	1.488
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>18.077</b>	<b>16.366</b>	<b>15.467</b>	<b>13.359</b>

Fonte: informações encaminhadas pelas empresas.

A força de trabalho (total geral, excluídos os cedidos) apresentou queda durante o período, em especial de 1999 para 2000, chegando ao final deste exercício com 11.871 empregados. Contribuiu para essa diminuição a dispensa dos conveniados, que, em 1997, somavam 4.712. Por seu turno, o número de estagiários passou de 915, em 1997, para 1.283, em 2000; destes, o BRB empregava 979. O gráfico seguinte mostra a relação entre pessoal efetivo e não efetivo no âmbito das empresas.

**CONCURSADOS/NÃO CONCURSADOS  
- 1997/2000 -**



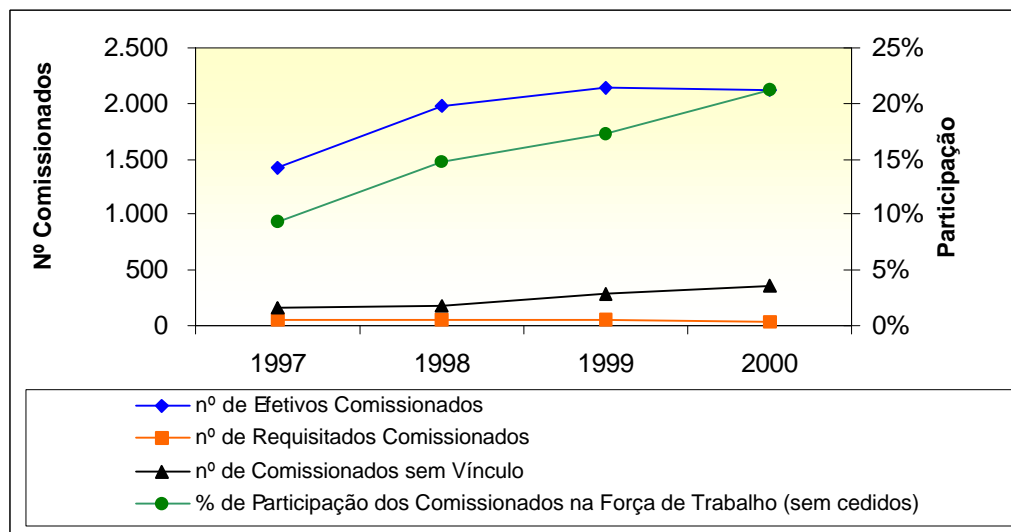
Fonte: Tabela "Consolidação da força de trabalho - empresas".

A dispensa de conveniados da Novacap, principal causa da redução do número de não concursados, coincidiu com a edição da Lei nº 2.583/2000, que criou cargos em comissão no quadro de pessoal do Distrito Federal, os quais deveriam

ser preenchidos, preferencialmente, pelos empregados dessa Companhia que tiveram os contratos de trabalho declarados nulos por decisão judicial.

O gráfico seguinte mostra a relação entre o pessoal comissionado e o total da força de trabalho. Vê-se que a participação de comissionados foi crescente ao longo do período.

**COMISSIONADOS  
- 1997/2000 -**



Fonte: Tabela "Consolidação da força de trabalho - empresas".

A SAB transferiu empregados a outros órgãos mediante ressarcimento. Contudo, este Tribunal considerou a cessão ilegal (Decisão nº 8.676/1998), por não fixar prazo e possuir caráter permanente, pois essa empresa encontra-se em processo de liquidação. Assim, ficou caracterizado "provimento indireto" no serviço público, contrariando o inciso II do art. 37 da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre a obrigatoriedade de concurso público.

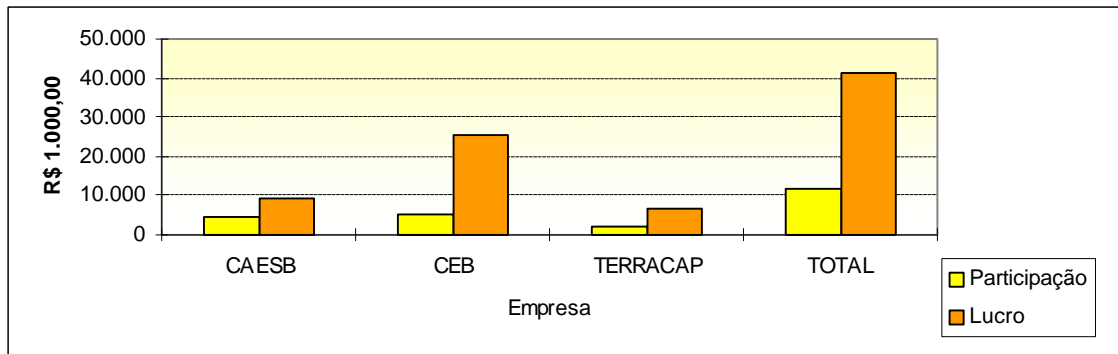
Na Codeplan, foi procedido redimensionamento do quadro, quando passou de 611 para 136 empregados. Os gastos respectivos foram reduzidos de R\$ 2,2 milhões para R\$ 376 mil. O excedente foi transferido à Secretaria de Gestão Administrativa (301 empregados) e à Polícia Militar do DF (174).

O BRB deu continuidade ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV), que, em 2000, teve a adesão de 135 servidores, com gastos de R\$ 12,9 milhões. Foi aprovado novo Plano de Cargos e Salários – PCS, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2001, segundo o Relatório da Administração. Também, ficou prevista, para 2001, realização de concurso público, com abertura de 380 postos de trabalho, para compensar os desligamentos decorrentes do PDV.

Os empregados da Caesb, da CEB e da Terracap receberam, em 2000, pagamentos a título de participação nos resultados, nos montantes de, respectivamente, R\$ 4,7 milhões, R\$ 4,9 milhões e R\$ 2 milhões.

O gráfico seguinte mostra os valores da participação e os lucros das empresas.

**PAGAMENTO DE PARTICIPAÇÃO X LUCRO  
- 2000 -**



Fonte: Balanço Consolidado do Distrito Federal – 2000.

Embora as três empresas tenham apresentado resultado favorável, o pagamento desse benefício não está vinculado ao lucro, mas a metas operacionais (físicas), por força de Acordos Coletivos de Trabalho.

A participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados de empresa foi regulada pela Lei federal nº 10.101/2000, cujos parâmetros são aceitos pelo GDF. Por ela, a participação não constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista, e não se aplica o princípio da habitualidade. Além disso, a empresa pode deduzir as respectivas despesas quando da apuração do lucro tributável.

É vedado o pagamento de qualquer antecipação ou distribuição de valores a título de participação nos lucros ou resultados em periodicidade inferior a um semestre civil, ou mais de duas vezes no mesmo ano civil. Ainda, relativamente aos trabalhadores de empresas estatais, o pagamento observará diretrizes específicas fixadas pelo Poder Executivo.

Não foi informada a existência de diretrizes fixadas tanto no âmbito federal quanto no distrital. Tampouco, a periodicidade dos pagamentos.

**FUNDOS DE PENSÃO**

O § 3º do art. 202 da CF/1988, inserido pela EC nº 20/1998, com vigência a partir de dezembro/2000, determina que a contribuição do patrocinador não poderá exceder à do segurado. Em vista disso, as patrocinadoras empreenderam mudanças nos regulamentos dos respectivos fundos de pensão.

A Fundação de Assistência dos Empregados da CEB – Faceb receberia, até 2013, contribuição suplementar de 12% sobre o custo total da folha de pagamento, além da contribuição normal de 7,74%. Em razão da EC 20/1998, fez-se necessário efetuar o recálculo do valor da contribuição suplementar, que, na data-base de fevereiro/2000, correspondia a R\$ 89,2 milhões. Esse valor será pago pela Patrocinadora com a formalização de contrato em 2001.

No exercício de 2000, foi repassado à Faceb o valor de R\$ 13,1 milhões, contra R\$ 13,3 milhões de 1999. Na avaliação atuarial procedida, foi detectada deficiência de contribuição de R\$ 5,2 milhões. Registre-se que, em 1999, foi apurado superávit técnico de R\$ 47,9 milhões.

As contribuições da Terracap à Fundação de Previdência Privada – Funterra somaram R\$ 5 milhões, que correspondem a 2,3 vezes a participação dos empregados. A partir de dezembro/2000, patrocinadora e empregados passaram a recolher valores equivalentes.

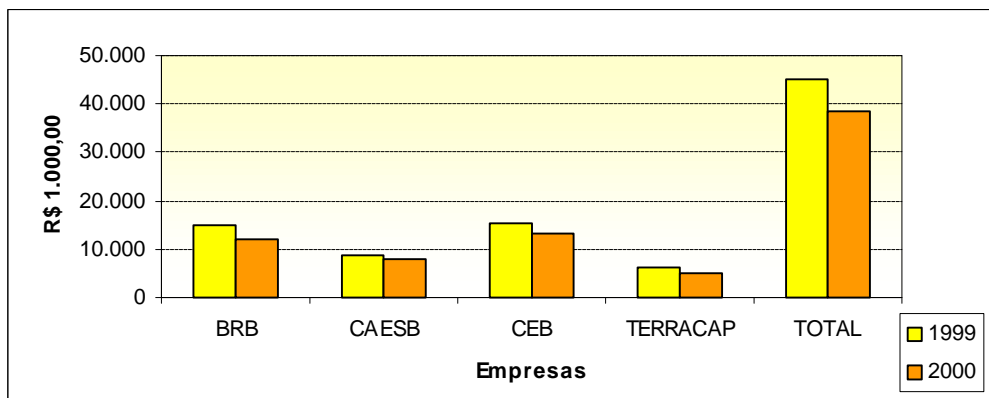
A Caesb contribuiu com R\$ 8 milhões para a Fundação de Previdência dos Empregados da Caesb – Fundiágua. Até o mês de maio/2000, o valor da contribuição era na proporção de 2,55 vezes à dos empregados; a partir de junho/2000, passou para 2,23 vezes, incluído o valor da cobertura do custo relativo ao período anterior à criação da Fundiágua, denominado Reserva a Amortizar, que soma R\$ 85,3 milhões e será amortizado nos próximos trinta anos.

O BRB é um dos patrocinadores da Regius, Sociedade Civil de Previdência Privada, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciais aos seus participantes. No exercício de 2000, contribuiu com R\$ 12,1 milhões, contra R\$ 13,2 milhões em 1999.

A avaliação do plano de benefícios da Regius, em conformidade com a legislação, é procedida por atuário independente, e o resultado apurado em 2000 foi superávit contábil de R\$ 30,9 milhões (R\$ 53,5 milhões em 1999).

O gráfico seguinte apresenta a evolução das contribuições aos fundos de pensão nos exercícios de 1999 e 2000, que totalizaram R\$ 38,3 milhões neste.

**CONTRIBUIÇÕES PARA PREVIDÊNCIA PRIVADA  
- 1999/2000 -**



Fonte: Balanços Consolidados do Distrito Federal - 1999/2000.  
Obs.: valores de 1999 atualizados pelo IGP-DI Médio.

Importante destacar que não existe, no âmbito distrital, uniformidade de tratamento para essas contribuições, e cada empresa tem participação diferenciada.



## **7.4 – QUADROS**

## **ÍNDICES UTILIZADOS**

### **Índice de Liquidez**

- GERAL — capacidade da empresa em liquidar o total dos compromissos assumidos com terceiros a curto e a longo prazos  $[(AC + RLP) / (PC + ExLP)]$ ;

### **Índices de Estrutura**

- IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO — volume de recursos próprios imobilizados para atender às necessidades da empresa na aquisição de móveis, instalações, veículos, imóveis e demais investimentos permanentes  $[AP / PL]$ ;
- ENDIVIDAMENTO — parcela dos investimentos que está financiada por capitais de terceiros  $[(PC+ExLP) / AT]$ ;

### **Índices de Rentabilidade**

- MARGEM OPERACIONAL — Resultado Operacional da empresa em relação à Receita Operacional  $[(ROx100) / RCO]$ ;
- MARGEM LÍQUIDA — Resultado Líquido da empresa em relação à Receita Operacional  $[(RLx100) / RCO]$ ;
- RENTABILIDADE SOBRE O INVESTIMENTO TOTAL — Resultado Líquido da empresa em relação ao investimento total  $[(RLx100) / ATm]$ .

### **Legenda**

**AC** – Ativo Circulante  
**PC** – Passivo Circulante  
**RLP** – Realizável a Longo Prazo  
**ExLP** – Exigível a Longo Prazo  
**PL** – Patrimônio Líquido  
**AP** – Ativo Permanente  
**AT** – Ativo Total  
**RL** – Resultado Líquido  
**RO** – Resultado Operacional  
**RCO** – Receita Operacional  
**ATm** – Ativo Total Médio  
**PLm** – Patrimônio Líquido Médio

**Quadro 30**  
**CAESB/CODEPLAN**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**- 1997/2000 -**

**R\$ 1.000,00**

GRUPOS		EMPRESAS/EXERCÍCIOS											
		CAESB						CODEPLAN					
		1997	1998	1999	2000	AV (%)	AH (%)	1997	1998	1999	2000	AV (%)	AH (%)
<b>A T I V O</b>	Circulante	78.064	77.531	92.233	103.847	13,56	33,03	10.687	11.643	8.807	6.657	86,48	(37,71)
	Real.L/Prazo	0	0	0	0	0,00	-	581	571	475	434	5,64	(25,32)
	Permante	882.505	894.892	733.752	661.884	86,44	(25,00)	2.272	1.779	1.031	607	7,89	(73,28)
	<b>TOTAL</b>	<b>960.569</b>	<b>972.423</b>	<b>825.984</b>	<b>765.731</b>	<b>100,00</b>	<b>(20,28)</b>	<b>13.539</b>	<b>13.993</b>	<b>10.314</b>	<b>7.698</b>	<b>100,00</b>	<b>(43,14)</b>
<b>P A S S I V O</b>	Circulante	105.583	77.985	66.042	69.687	9,10	(34,00)	4.384	7.003	9.396	11.631	151,09	165,30
	Exig.L/Prazo	199.801	250.829	212.991	185.015	24,16	(7,40)	148	435	813	330	4,29	122,47
	R.Ex.Futuro	0	0	0	0	0,00	-	0	0	0	0	0,00	-
	Patrim.Liquido	655.185	643.609	546.951	511.029	66,74	(22,00)	9.007	6.555	105	(4.263)	(55,38)	(147,33)
<b>TOTAL</b>	<b>960.569</b>	<b>972.423</b>	<b>825.984</b>	<b>765.731</b>	<b>100,00</b>	<b>(20,28)</b>	<b>13.539</b>	<b>13.993</b>	<b>10.314</b>	<b>7.698</b>	<b>100,00</b>	<b>(43,14)</b>	
<b>INDICADORES</b>													
LIQ. GERAL	0,26	0,24	0,33	0,41			2,49	1,64	0,91	0,59			
IMOBILIZAÇÃO P.L.	1,35	1,39	1,34	1,30			0,25	0,27	9,78	(0,14)			
ENDIVIDAMENTO	0,32	0,34	0,34	0,33			0,33	0,53	0,99	1,55			

Fonte: Balanços Consolidados do Distrito Federal 1997/2000.

Obs.: AH – Análise Horizontal, base 1997; AV – Análise Vertical; valores atualizados pelo IGP-DI.

**Quadro 31**  
**CAESB/CODEPLAN**  
**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**  
**- 1997/2000 -**

**R\$ 1.000,00**

GRUPOS		EMPRESAS/EXERCÍCIOS									
		CAESB					CODEPLAN				
		1997	1998	1999	2000	AH	1997	1998	1999	2000	AH
RECEITAS OPERACIONAIS	339.779	325.749	288.161	272.625	(19,76)	40.551	38.699	51.681	66.281	63,45	
DESPESAS OPERACIONAIS	337.571	330.196	280.610	256.762	(23,94)	41.490	42.541	59.512	71.043	71,23	
RESULTADO OPERACIONAL	2.208	(4.447)	7.551	15.863	618,48	(939)	(3.842)	(7.831)	(4.762)	407,03	
RESULTADO NÃO-OPERACIONAL	1.510	(1.492)	(2.379)	(4.388)	(390,51)	2.390	1.957	2.276	403	(83,13)	
PROV. P/IR E CONT. SOCIAL	2.683	1.592	2.409	2.444	(8,90)	289	0	0	0	(100,00)	
RESULTADO LÍQUIDO	1.036	(7.530)	2.763	9.031	772,12	1.161	(1.885)	(5.555)	(4.359)	(475,46)	
<b>INDICADORES</b>											
MARGEM OPERACIONAL (%)	0,65	(1,37)	2,62	5,82		(2,32)	(9,93)	(15,15)	(7,18)		
MARGEM LÍQUIDA (%)	0,30	(2,31)	0,96	3,31		2,86	(4,87)	(10,75)	(6,58)		
RENT. S/ INVEST. TOTAL (%)	0,10	(0,78)	0,31	1,13		7,27	(13,70)	(45,71)	(48,40)		

Fonte: Balanços Consolidados do Distrito Federal 1997/2000.

Obs.: AH – Análise Horizontal, base 1997; valores atualizados pelo IGP-DI Médio.

**Quadro 32**  
**EMATER/METRÔ**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**- 1997/2000 -**

R\$ 1.000,00

GRUPOS		EMPRESAS/EXERCÍCIOS											
		EMATER						METRÔ					
		1997	1998	1999	2000	AV (%)	AH (%)	1997	1998	1999	2000	AV (%)	AH (%)
<b>A T I V O</b>	Circulante	1.436	976	781	826	55,18	(42,47)	3.064	3.810	1.284	1.093	22,71	(64,33)
	Real.L/Prazo	175	196	183	174	11,62	(0,50)	0	0	0	0	0,00	-
	Permante	1.178	930	629	497	33,20	(57,82)	643	1.268	3.192	3.719	77,29	478,55
	<b>TOTAL</b>	<b>2.789</b>	<b>2.102</b>	<b>1.593</b>	<b>1.497</b>	<b>100,00</b>	<b>(46,32)</b>	<b>3.707</b>	<b>5.079</b>	<b>4.475</b>	<b>4.812</b>	<b>100,00</b>	<b>29,81</b>
<b>P A S S I V O</b>	Circulante	3.578	2.529	1.904	1.716	114,63	(52,04)	2.622	4.012	3.587	3.991	82,94	52,19
	Exig.L/Prazo	0	0	0	0	0,00	-	0	0	0	0	0,00	-
	R.Ex.Futuro	0	0	0	0	0,00	-	0	0	0	0	0,00	-
	Patrim.Líquido	(789)	(426)	(311)	(219)	(14,63)	(72,25)	1.085	1.066	888	821	17,06	(24,30)
<b>TOTAL</b>	<b>2.789</b>	<b>2.102</b>	<b>1.593</b>	<b>1.497</b>	<b>100,00</b>	<b>(46,32)</b>	<b>3.707</b>	<b>5.079</b>	<b>4.475</b>	<b>4.812</b>	<b>100,00</b>	<b>29,81</b>	
<b>INDICADORES</b>													
LIQ. GERAL	0,45	0,46	0,51	0,58			1,17	0,95	0,36	0,27			
IMOBILIZAÇÃO P.L.	(1,49)	(2,18)	(2,02)	(2,27)			0,59	1,19	3,59	4,53			
ENDIVIDAMENTO	1,28	1,20	1,20	1,15			0,71	0,79	0,80	0,83			

Fonte: Balanços Consolidados do Distrito Federal 1997/2000.

Obs.: AH – Análise Horizontal, base 1997; AV – Análise Vertical; valores atualizados pelo IGP-DI.

**Quadro 33**  
**EMATER/METRÔ**  
**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**  
**- 1997/2000 -**

R\$ 1.000,00

GRUPOS		EMPRESAS/EXERCÍCIOS									
		EMATER					METRÔ				
		1997	1998	1999	2000	AH	1997	1998	1999	2000	AH
RECEITAS OPERACIONAIS	18.218	19.133	17.222	18.639	2,31	5.160	18.818	21.442	22.346	333,06	
DESPESAS OPERACIONAIS	18.685	18.683	17.433	18.512	(0,93)	5.052	19.027	23.573	22.971	354,71	
RESULTADO OPERACIONAL	(467)	450	(210)	127	(127,17)	108	(210)	(2.132)	(625)	(677,63)	
RESULTADO NÃO-OPERACIONAL	103	12	294	0	(100,00)	0	0	0	0	-	
PROV. P/ IR E CONT. SOCIAL	0	134	36	63	-	0	0	0	0	-	
RESULTADO LÍQUIDO	(365)	328	47	64	(117,55)	108	(210)	(2.132)	(625)	(677,63)	
<b>INDICADORES</b>											
MARGEM OPERACIONAL (%)	(2,57)	2,35	(1,22)	0,68		2,10	(1,11)	(9,94)	(2,80)		
MARGEM LÍQUIDA (%)	(2,00)	1,71	0,27	0,34		2,10	(1,11)	(9,94)	(2,80)		
RENT. S/ INVEST. TOTAL (%)	(11,28)	13,40	2,52	4,14		4,15	(4,77)	(44,63)	(13,46)		

Fonte: Balanços Consolidados do Distrito Federal 1997/2000.

Obs.: AH – Análise Horizontal, base 1997; valores atualizados pelo IGP-DI Médio.

**Quadro 34**  
**NOVACAP/SAB**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**- 1997/2000 -**

**R\$ 1.000,00**

GRUPOS		EMPRESAS/EXERCÍCIOS											
		NOVACAP						SAB					
		1997	1998	1999	2000	AV (%)	AH (%)	1997	1998	1999	2000	AV (%)	AH (%)
<b>A T I V O</b>	Circulante	17.747	17.986	12.137	14.051	1,72	(20,83)	7.600	2.512	7.899	8.194	41,86	7,81
	Real.L/Prazo	523.053	788.265	703.324	782.466	96,02	49,60	3.896	32.477	28.006	7.708	39,38	97,86
	Permante	28.798	27.260	22.378	18.363	2,25	(36,24)	6.691	5.415	4.327	3.672	18,76	(45,12)
	<b>TOTAL</b>	<b>569.598</b>	<b>833.512</b>	<b>737.840</b>	<b>814.880</b>	<b>100,00</b>	<b>43,06</b>	<b>18.187</b>	<b>40.404</b>	<b>40.232</b>	<b>19.574</b>	<b>100,00</b>	<b>7,63</b>
<b>P A S S I V O</b>	Circulante	21.412	37.038	31.787	35.440	4,35	65,51	7.565	2.031	5.795	4.342	22,18	(42,61)
	Exig.L/Prazo	520.775	785.535	701.121	780.434	95,77	49,86	6.640	32.442	28.528	8.426	43,05	26,90
	R.Ex.Futuro	0	0	0	0	0,00	-	3	0	0	0	0,00	(100,00)
	Patrim.Líquido	27.411	10.939	4.931	(994)	(0,12)	(103,63)	3.979	5.931	5.908	6.806	34,77	71,07
<b>TOTAL</b>	<b>569.598</b>	<b>833.512</b>	<b>737.840</b>	<b>814.880</b>	<b>100,00</b>	<b>43,06</b>	<b>18.187</b>	<b>40.404</b>	<b>40.232</b>	<b>19.574</b>	<b>100,00</b>	<b>7,63</b>	
<b>INDICADORES</b>													
LIQ. GERAL	1,00	0,98	0,98	0,98			0,81	1,01	1,05	1,25			
IMOBILIZAÇÃO P.L.	1,05	2,49	4,54	(18,47)			1,68	0,91	0,73	0,54			
ENDIVIDAMENTO	0,95	0,99	0,99	1,00			0,78	0,85	0,85	0,65			

Fonte: Balanços Consolidados do Distrito Federal 1997/2000.

Obs.: AH – Análise Horizontal, base 1997; AV – Análise Vertical; valores atualizados pelo IGP-DI.

**Quadro 35**  
**NOVACAP/SAB**  
**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**  
**- 1997/2000 -**

**R\$ 1.000,00**

GRUPOS		EMPRESAS/EXERCÍCIOS									
		NOVACAP					SAB				
		1997	1998	1999	2000	AH	1997	1998	1999	2000	AH
RECEITAS OPERACIONAIS		150.308	144.703	119.967	113.945	(24,19)	55.461	7.857	36.366	52.903	(4,61)
DESPESAS OPERACIONAIS		159.315	163.156	125.752	118.945	(25,34)	60.869	11.109	35.069	50.950	(16,30)
RESULTADO OPERACIONAL		(9.007)	(18.454)	(5.785)	(5.000)	(44,49)	(5.408)	(3.252)	1.297	1.953	(136,11)
RESULTADO NÃO-OPERACIONAL		106	994	341	(486)	(557,51)	1.654	6.208	0	(37)	(102,24)
PROV. P/IR E CONT. SOCIAL		0	0	0	0	-	0	660	333	465	-
RESULTADO LÍQUIDO		(8.901)	(17.460)	(5.443)	(5.486)	(38,36)	(3.754)	2.296	964	1.451	(138,65)
<b>INDICADORES</b>											
MARGEM OPERACIONAL (%)		(5,99)	(12,75)	(4,82)	(4,39)		(9,75)	(41,38)	3,57	3,69	
MARGEM LÍQUIDA (%)		(5,92)	(12,07)	(4,54)	(4,81)		(6,77)	29,22	2,65	2,74	
RENT. S/INVEST. TOTAL (%)		(2,88)	(2,49)	(0,69)	(0,71)		(17,44)	7,84	2,39	4,85	

Fonte: Balanços Consolidados do Distrito Federal 1997/2000.

Obs.: AH – Análise Horizontal, base 1997; valores atualizados pelo IGP-DI Médio.

**Quadro 36**  
**TCB/TERRACAP**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**- 1997/2000 -**

**R\$ 1.000,00**

GRUPOS		EMPRESAS/EXERCÍCIOS											
		TCB						TERRACAP					
		1997	1998	1999	2000	AV (%)	AH (%)	1997	1998	1999	2000	AV (%)	AH (%)
<b>A T I V O</b>	Circulante	7.792	6.424	5.849	4.345	49,45	(44,23)	238.227	179.805	129.989	128.520	63,16	(46,05)
	Real.L/Prazo	388	407	468	546	6,21	40,55	42.933	32.381	46.267	50.925	25,03	18,62
	Permante	9.775	7.697	5.165	3.896	44,34	(60,14)	22.691	24.273	23.001	24.039	11,81	5,94
	<b>TOTAL</b>	<b>17.955</b>	<b>14.528</b>	<b>11.482</b>	<b>8.787</b>	<b>100,00</b>	<b>(51,06)</b>	<b>303.851</b>	<b>236.459</b>	<b>199.256</b>	<b>203.484</b>	<b>100,00</b>	<b>(33,03)</b>
<b>P A S S I V O</b>	Circulante	36.297	21.593	16.616	17.772	202,25	(51,04)	51.108	27.901	15.409	20.765	10,20	(59,37)
	Exig.L/Prazo	8.986	13.536	13.161	11.889	135,30	32,30	2.177	368	306	279	0,14	(87,18)
	R.Ex.Futuro	0	0	0	0	0,00	-	164.229	109.877	106.259	107.075	52,62	(34,80)
	Patrim.Líquido	(27.329)	(20.601)	(18.295)	(20.874)	(237,56)	(23,62)	86.337	98.313	77.282	75.365	37,04	(12,71)
<b>TOTAL</b>	<b>17.955</b>	<b>14.528</b>	<b>11.482</b>	<b>8.787</b>	<b>100,00</b>	<b>(51,06)</b>	<b>303.851</b>	<b>236.459</b>	<b>199.256</b>	<b>203.484</b>	<b>100,00</b>	<b>(33,03)</b>	
<b>INDICADORES</b>													
LIQ. GERAL	0,18	0,19	0,21	0,16			5,28	7,51	11,22	8,53			
IMOBILIZAÇÃO P.L.	(0,36)	(0,37)	(0,28)	(0,19)			0,26	0,25	0,30	0,32			
ENDIVIDAMENTO	2,52	2,42	2,59	3,38			0,18	0,12	0,08	0,10			

Fonte: Balanços Consolidados do Distrito Federal 1997/2000.

Obs.: AH – Análise Horizontal, base 1997; AV – Análise Vertical; valores atualizados pelo IGP-DI.

**Quadro 37**  
**TCB/TERRACAP**  
**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**  
**- 1997/2000 -**

**R\$ 1.000,00**

GRUPOS		EMPRESAS/EXERCÍCIOS									
		TCB					TERRACAP				
		1997	1998	1999	2000	AH	1997	1998	1999	2000	AH
RECEITAS OPERACIONAIS		51.351	41.695	22.899	17.323	(66,27)	81.189	82.507	86.545	70.198	(13,54)
DESPESAS OPERACIONAIS		76.327	74.195	45.075	34.011	(55,44)	60.492	67.550	93.236	61.571	1,78
RESULTADO OPERACIONAL		(24.976)	(32.500)	(22.176)	(16.688)	(33,18)	20.698	14.956	(6.690)	8.627	(58,32)
RESULTADO NÃO-OPERACIONAL		22.016	23.516	20.874	12.584	(42,84)	20.386	18	(218)	(50)	(100,25)
PROV. P/ IR E CONT. SOCIAL		0	0	0	0	-	9.095	3.206	0	2.045	(77,51)
RESULTADO LÍQUIDO		(2.960)	(8.984)	(1.303)	(4.104)	38,65	31.990	11.768	(6.909)	6.532	(79,58)
<b>INDICADORES</b>											
MARGEM OPERACIONAL (%)		(48,64)	(77,95)	(96,85)	(96,33)		25,49	18,13	(7,73)	12,29	
MARGEM LÍQUIDA (%)		(5,76)	(21,55)	(5,69)	(23,69)		39,40	14,26	(7,98)	9,31	
RENT. S/ INVEST. TOTAL (%)		(15,42)	(55,32)	(10,02)	(40,50)		12,06	4,36	(3,17)	3,24	

Fonte: Balanços Consolidados do Distrito Federal 1997/2000.

Obs.: AH – Análise Horizontal, base 1997; valores atualizados pelo IGP-DI Médio.

**Quadro 38**  
**BRB/CEASA**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**- 1997/2000 -**

**R\$ 1.000,00**

GRUPOS		EMPRESAS/EXERCÍCIOS											
		BRB						CEASA					
		1997	1998	1999	2000	AV (%)	AH (%)	1997	1998	1999	2000	AV (%)	AH (%)
<b>A T I V O</b>	Circulante	1.136.789	922.718	796.889	767.403	58,78	(32,49)	1.295	1.656	1.712	1.477	46,61	14,03
	Real.L/Prazo	715.713	512.553	423.535	375.260	28,74	(47,57)	8	9	9	9	0,28	9,76
	Permante	226.887	237.790	192.304	162.967	12,48	(28,17)	3.023	2.718	2.042	1.683	53,11	(44,32)
	<b>TOTAL</b>	<b>2.079.389</b>	<b>1.673.061</b>	<b>1.412.728</b>	<b>1.305.630</b>	<b>100,00</b>	<b>(37,21)</b>	<b>4.326</b>	<b>4.384</b>	<b>3.763</b>	<b>3.169</b>	<b>100,00</b>	<b>(26,75)</b>
<b>P A S S I V O</b>	Circulante	1.377.159	1.191.056	975.534	904.699	69,29	(34,31)	1.800	2.193	2.415	3.063	96,66	70,18
	Exig.L/Prazo	419.496	197.202	183.873	211.678	16,21	(49,54)	1.234	1.176	1.150	1.066	33,64	(13,63)
	R.Ex.Futuro	209	42	181	312	0,02	49,25	0	0	0	0	0,00	-
	Patrim.Líquido	282.525	284.760	253.140	188.941	14,47	(33,12)	1.292	1.015	199	(960)	(30,29)	(174,31)
<b>TOTAL</b>	<b>2.079.389</b>	<b>1.673.061</b>	<b>1.412.728</b>	<b>1.305.630</b>	<b>100,00</b>	<b>(37,21)</b>	<b>4.326</b>	<b>4.384</b>	<b>3.763</b>	<b>3.169</b>	<b>100,00</b>	<b>(26,75)</b>	
<b>INDICADORES</b>													
LIQ. GERAL	1,03	1,03	1,05	1,02			0,43	0,49	0,48	0,36			
IMOBILIZAÇÃO P.L.	0,80	0,84	0,76	0,86			2,34	2,68	10,28	(1,75)			
ENDIVIDAMENTO	0,86	0,83	0,82	0,86			0,70	0,77	0,95	1,30			

Fonte: Balanços Consolidados do Distrito Federal 1997/2000.

Obs.: AH – Análise Horizontal, base 1997; AV – Análise Vertical; valores atualizados pelo IGP-DI.

**Quadro 39**  
**BRB/CEASA**  
**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**  
**- 1997/2000 -**

**R\$ 1.000,00**

GRUPOS		EMPRESAS/EXERCÍCIOS									
		BRB					CEASA				
		1997	1998	1999	2000	AH	1997	1998	1999	2000	AH
RECEITAS OPERACIONAIS		579.114	642.906	525.780	421.053	(27,29)	4.025	4.428	3.503	2.952	(26,65)
DESPESAS OPERACIONAIS		564.294	605.081	484.487	411.137	(27,14)	4.699	4.639	4.118	3.548	(24,50)
RESULTADO OPERACIONAL		14.820	37.825	41.293	9.916	(33,09)	(674)	(211)	(615)	(596)	(11,62)
RESULTADO NÃO-OPERACIONAL		2.892	(17.456)	(4.585)	(2.279)	(178,79)	3	(1)	(9)	(8)	(342,70)
PROV. P/ IR E CONT. SOCIAL		1.236	17.073	17.066	1.405	13,71	0	0	0	0	-
RESULTADO LÍQUIDO		16.476	3.296	19.642	6.232	(62,18)	(671)	(211)	(625)	(604)	(10,00)
<b>INDICADORES</b>											
MARGEM OPERACIONAL (%)		2,56	5,88	7,85	2,36		(16,76)	(4,76)	(17,57)	(20,19)	
MARGEM LÍQUIDA (%)		2,85	0,51	3,74	1,48		(16,67)	(4,77)	(17,83)	(20,46)	
RENT. S/ INVEST. TOTAL (%)		0,85	0,18	1,27	0,46		(14,24)	(4,85)	(15,33)	(17,43)	

Fonte: Balanços Consolidados do Distrito Federal 1997/2000.

Obs.: AH – Análise Horizontal, base 1997; valores atualizados pelo IGP-DI Médio.

**Quadro 40**  
**CEB/PROFLORA**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**- 1997/2000 -**

R\$ 1.000,00

GRUPOS		EMPRESAS/EXERCÍCIOS											
		CEB						PROFLORA					
		1997	1998	1999	2000	AV (%)	AH (%)	1997	1998	1999	2000	AV (%)	AH (%)
<b>A T I V O</b>	Circulante	137.103	124.948	121.307	151.436	21,28	10,45	40	-	233	2.719	87,23	6.690,78
	Real.L/Prazo	16.389	19.733	24.220	22.540	3,17	37,53	6	-	5	33	1,06	426,75
	Permante	579.153	607.214	537.745	537.691	75,55	(7,16)	747	-	619	365	11,71	(51,14)
	<b>TOTAL</b>	<b>732.645</b>	<b>751.895</b>	<b>683.272</b>	<b>711.667</b>	<b>100,00</b>	<b>(2,86)</b>	<b>793</b>	<b>-</b>	<b>858</b>	<b>3.117</b>	<b>100,00</b>	<b>292,87</b>
<b>P A S S I V O</b>	Circulante	106.892	101.418	114.271	167.092	23,48	56,32	375	-	551	429	13,76	14,38
	Exig.L/Prazo	115.094	113.220	82.906	82.651	11,61	(28,19)	1.132	-	1.097	1.467	47,06	29,61
	R.Ex.Futuro	0	0	0	0	0,00	-	0	-	0	1.781	57,14	-
	Patrim.Líquido	510.659	537.257	486.095	461.924	64,91	(9,54)	(714)	-	(791)	(560)	(17,97)	(21,52)
<b>TOTAL</b>	<b>732.645</b>	<b>751.895</b>	<b>683.272</b>	<b>711.667</b>	<b>100,00</b>	<b>(2,86)</b>	<b>793</b>	<b>-</b>	<b>858</b>	<b>3.117</b>	<b>100,00</b>	<b>292,87</b>	
<b>INDICADORES</b>													
LIQ. GERAL	0,69	0,67	0,74	0,70			0,03	-	0,14	1,45			
IMOBILIZAÇÃO P.L.	1,13	1,13	1,11	1,16			(1,05)	-	(0,78)	(0,65)			
ENDIVIDAMENTO	0,30	0,29	0,29	0,35			1,90	-	1,92	0,61			

Fonte: Balanços Consolidados do Distrito Federal 1997/2000.

Obs.: AH – Análise Horizontal, base 1997; AV – Análise Vertical; Demonstrações Financeiras da Proflora em 1998 não compuseram a Prestação de Contas; valores atualizados pelo IGP-DI.

**Quadro 41**  
**CEB/PROFLORA**  
**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**  
**- 1997/2000 -**

R\$ 1.000,00

GRUPOS		EMPRESAS/EXERCÍCIOS									
		CEB					PROFLORA				
		1997	1998	1999	2000	AH	1997	1998	1999	2000	AH
RECEITAS OPERACIONAIS	412.569	448.377	447.454	478.596	16,00	15	-	11	32	112,18	
DESPESAS OPERACIONAIS	351.792	393.434	410.057	435.749	23,87	61	-	69	201	227,52	
RESULTADO OPERACIONAL	60.777	54.942	37.396	42.847	(29,50)	(46)	-	(58)	(169)	265,10	
RESULTADO NÃO-OPERACIONAL	1.795	(1.597)	(367)	(267)	(114,88)	0	-	0	0	-	
PROV. P/IR E CONT. SOCIAL	26.161	14.599	12.712	16.958	(35,18)	0	-	0	0	-	
RESULTADO LÍQUIDO	36.411	38.746	24.317	25.622	(29,63)	(46)	-	(58)	(169)	265,10	
<b>INDICADORES</b>											
MARGEM OPERACIONAL (%)	14,73	12,25	8,36	8,95		(306,93)	-	(510,00)	(528,13)		
MARGEM LÍQUIDA (%)	8,83	8,64	5,43	5,35		(306,93)	-	(510,00)	(528,13)		
RENT. S/INVEST. TOTAL (%)	4,66	5,22	3,39	3,67		(5,43)	-	-	(8,50)		

Fonte: Balanços Consolidados do Distrito Federal 1997/2000.

Obs.: AH – Análise Horizontal, base 1997; Demonstrações Financeiras da Proflora em 1998 não compuseram a Prestação de Contas; valores atualizados pelo IGP-DI Médio.